

ação

JORNAL DO CRESS-SP / DEZ-2017



P.3

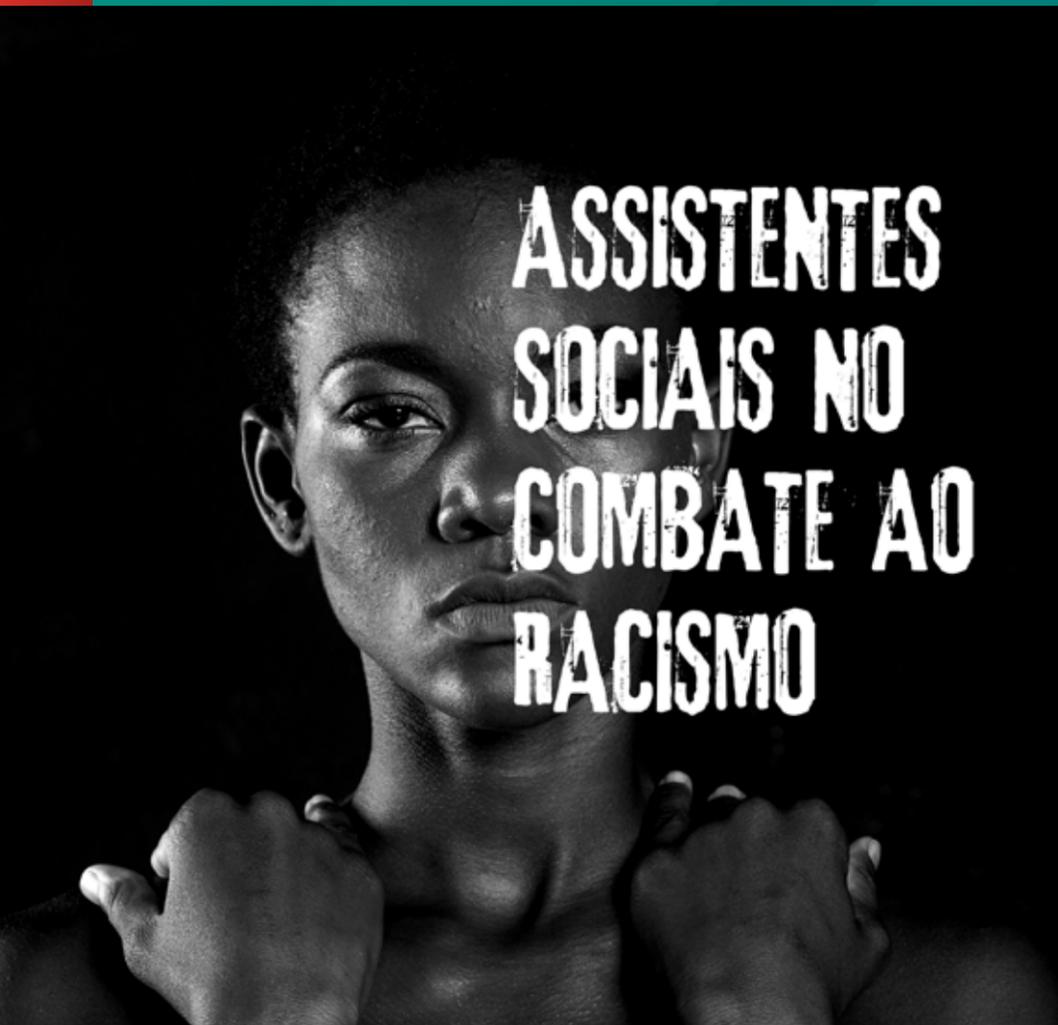
Higienização social se mostra ineficente

P.4

Farinata de Dória ainda é um mistério

P.6

Nova Gestão



Nosso/a leitor/a,

É com muita alegria que trazemos a toda categoria a nova edição do Jornal Ação, uma publicação do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo produzida pela atual Gestão Ampliações: Trilhando a Luta, com Consciência de Classe, do CRESS/SP.

Com uma nova diagramação, a edição de dezembro de 2017 apresenta as principais ações e desafios enfrentados pelas novas gestões que, desde maio, compõem a direção Estadual e direções Seccionais do triênio 2017-2020.

Nesse espírito dinâmico, com desafios postos cotidianamente pela conjuntura política e social no estado de São Paulo e no Brasil, trazemos para nosso leitor uma publicação reformulada, mas, sobretudo, alinhada ao Projeto ético político do Serviço Social que, dentre as suas diretrizes, tem na democratização da comunicação um campo de ação política estratégica fundamental para a transformação da sociedade, através da produção e socialização de informações entre o CRESS e a categoria.

Desejamos a todas/os uma boa leitura!

Coisa de branco e de preto!

Em navios desumanos, escusos

Viajamos

Açoitados à luz do dia, em cantos

Apanhamos

Na escuridão da noite, resistimos

Acuados

Coisa de branco...

Depois de muito tempo, humilhados,

Escravizados

Jogados depois, sem mães, e do ventre livre

Abandonados

Largados, velhos, sábios improdutivos

Alquebrados

Libertos pela branca e áurea lei

Despejados

E diziam nos deixar livres... Coisa de Branco!

Agora vem coisa de preto

Luta, dança e liberdade

Trabalho e organização

No campo e no gueto

Buscando a felicidade

Contra toda exploração

Contra essas vilanias

Essa dívida histórica

Será paga sem apreço

Pois todas as etnias

Da humanidade tão rica

Tem na África seu berço

MATSUEL MARTINS DA SILVA (CRESS 8.471)

Poesia apresentada no Seminário Estadual de Direitos Humanos, nos dias 24 e 25 de novembro de 2017, em São Paulo.

ação #88

cress-sp conselho regional de serviço social de são paulo 9ª região

INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO CRESS-SP-9ª REGIÃO DEZ-2017

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO - 9ª REGIÃO

Rua Conselheiro Nébias, 1022 – Campos Elíseos – São Paulo – SP – CEP 01203-002
secretaria@cress-sp.org.br ou comunicacao@cress-sp.org.br
www.cress-sp.org.br
facebook.com/cress.saopaulo
youtube.com/cresssp
flickr.com/fotos/cress-sp

19ª DIRETORIA
GESTÃO AMPLIAÇÕES: TRILHANDO A LUTA COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE (2017-2020)

Presidenta: **Kelly Rodrigues Melatti**
CRESS 38.179

Vice Presidenta: **Patrícia Ferreira da Silva**
CRESS 48.178

1º Secretário: **Luciano Alves**
CRESS 31.783

2ª Secretária: **Nicole Barbosa de Araújo**
CRESS 48.478

1º Tesoureiro: **Julio César de Andrade**
CRESS 45.463

2º Tesoureiro: **Ubiratan de Souza Dias Junior**
CRESS 56.238

Conselho Fiscal
Matsuel Martins da Silva
CRESS 8.471

Talita Aparecida de Oliveira Catosso
CRESS 56.615

Guilherme Moraes da Costa
CRESS 47.907

Suplentes
Keila Rafaela de Queiroz Silva – CRESS 57.274
Nívea Soares Izumi – CRESS 36.566
Roberta Stopa – CRESS 33.628
Ana Lea Martins Lobo – CRESS 51.291
Cristina Santo Santana – CRESS 53.681
Everaldo Becker – CRESS 42.722
Regiane Cristina Ferreira – CRESS 31.262

Comissão de Comunicação
Kelly Rodrigues Melatti – CRESS 38.179
Luciano Alves – CRESS 31.783
Matsuel Martins da Silva – CRESS 8.471
Guilherme Moraes da Costa – CRESS 47.907

Assessoria de Comunicação
Larissa Furtado
comunicacao@cress-sp.org.br
(11) 3351-7506
Segunda à Sexta das 12h às 18h

UP
IDEIAS

Jornalista Responsável
Renata Guerra – DRT-PR 5125

Designer
Aline Marineli

Revisor
Elton Muniz

Tiragem
30 mil exemplares

Impressão
Gráfica

Fotos
CFESS, CRESS SP e Banco de Imagens

HIGIENIZAÇÃO SOCIAL SE MOSTRA INEFICENTE

Logo após tomar posse, a atual gestão do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), “Ampliações: Trilhando a Luta, com Consciência de Classe”, enfrentou seu primeiro desafio diante das políticas públicas de higienização social adotadas pela prefeitura de São Paulo.

No dia 21 de maio, uma megaoperação da polícia paulista, que contou com 900 policiais, helicópteros e bombas, retirou usuários/as/as de crack e prendeu traficantes na região central de São Paulo, conhecida como “cracolândia”. Sem ter para onde ir, os/as dependentes rapidamente se espalharam pelo centro da cidade.

Em visita ao quarteirão que foi desocupado, o prefeito João Dória chegou a decretar o fim da “cracolândia”, sem perceber que as pessoas haviam se espalhado por diversos pontos, porém permaneciam nas imediações.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) acompanhou a desocupação e declarou, em nota publicada na página da prefeitura, que “é necessário combater o crime organizado e tráfico de drogas na região. Mas também é preciso levar em conta os aspectos humanos sensíveis e específicos do território, missão árdua e trabalhosa.” E, ainda, “esses dependentes continuam tendo seus direitos violados e sendo reféns do tráfico de drogas”.

Para manter a ideia de que a “cracolândia” foi extinta e os/as dependentes foram acolhidos, guardas da prefeitura e policiais militares vetaram a montagem de barracas nos arredores após a ação. Junto com a proibição, vieram as limpezas diárias, muitas vezes com ajuda de jatos d’água, que transformam a terra em lama e permitem que dependentes sejam atingidos sob o argumento de que está sendo realizada a limpeza de espaços e vias públicas.

Diante da situação instaurada na região, que é vizinha à sede do CRESS-SP, e consciente da necessidade de intervenção do profissional de Serviço Social nesse processo, o Núcleo Centro Expandido do CRESS-SP promoveu um encontro da categoria logo após a operação policial. Assistentes sociais que atuam na “cracolândia” avaliaram que a ação promoveu a quebra de vínculos com a população local, impactando diretamente na atuação dos/das técnicos/as na região. Essa ruptura implica diretamente no exercício profissional do/a assistente social, promovendo a descontinuidade no atendimento aos/as usuários/as, bem como a precarização dos serviços públicos que operam por meio da lógica público-privada, sem resgate aos processos já realizados e estimulando a desmobilização dos/as profissionais que acabam perdendo a referência de seu trabalho junto ao público atendido, sem dispor de qualquer tipo de suporte da administração pública.

Desde 2005, pelo menos sete grandes ações policiais falharam na região. A “cracolândia” existe há mais de duas décadas e precisa ser encarada também como questão de saúde pública e assistência social. Enquanto os governos agirem como se o problema se restringisse somente à área da segurança pública, São Paulo assistirá o número de dependentes e traficantes aumentando a cada dia. As ações precisam ser unificadas, respeitando a dignidade e os direitos daqueles/as que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Hoje, sete meses após a primeira ação da gestão Dória de desocupação na “cracolândia”, o que se observa é a multiplicação de grupos de dependentes espalhados por toda a região central da cidade, sem qualquer tipo de assistência permanente e efetiva.

NOTA DE REPÚDIO À PREFEITURA DE SÃO PAULO E AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PELAS AÇÕES PROMOVIDAS NA “CRACOLÂNDIA”

A gestão “Ampliações: Trilhando a Luta, com consciência de classe (2017-2020)” do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS 9ª Região/SP) manifesta, por meio desta nota, total repúdio às ações de repressão e violência promovidas nos últimos dias, pela Prefeitura de São Paulo e pelo governo estadual paulista, contra as pessoas em situação de rua e em uso problemático de drogas no espaço público denominado de “Cracolândia”, situado na região central da capital paulistana.

As ações contrariam frontalmente o posicionamento da categoria de assistentes sociais no âmbito da saúde mental, da política de drogas e da liberdade como direito humano fundamental. Nosso posicionamento tem fundamento em ampla literatura acadêmica, bem como nos principais documentos da categoria, a saber, o manifesto “CFESS Manifesta” de junho de 2012, a Carta de Recife (2013), diversos itens das Bandeiras de Lutas e deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, atualizadas no relatório do 45º encontro.

Compreendendo que, do ponto de vista sócio-histórico, o uso de drogas é manifestação da liberdade como valor central do ser social e que, caso tal atitude lhe acometa riscos à saúde e à sociabilidade, o dever de agir do Estado não deve ser reivindicado na linha da “Guerra às Drogas”, mas sim por meio de políticas públicas estatais de educação em saúde, proteção em saúde mental e assistência social com garantia de qualidade, laicidade e universalidade.

Entretanto, não é isso que vemos no exemplo do trato com a “Cracolândia”, situação em que a novidade que se apresenta é o retorno aprimorado da violência policial, da “limpeza e higienização” como conceito de abordagem social e do aprofundamento da negligência governamental às políticas mencionadas, bem como aos diversos estudos que mostram que o resultado social da repressão ao uso de drogas é a ampliação da marginalização e distanciamento das pessoas envolvidas, de possibilidades coletivas, democráticas e livres ao enfrentamento do problema.

Além disso, as ações colaboram com a legitimação conservadora da cultura manicomial no cotidiano, atrasando mais ainda o necessário debate público e sério sobre a matéria, apartado dos interesses de setores industriais de medicamentos, de religiosos e do mercado de drogas, além dos conhecidos anseios neoliberais dos governos mencionados.

O CRESS/SP ampliará sua participação nos fóruns e frentes pela saúde mental pública, de modo que convoca a categoria a somar na luta, participando das atividades do Conselho e dos coletivos congêneres.



FARINATA DE DÓRIA AINDA É UM MISTÉRIO

A gestão de João Dória na prefeitura de São Paulo tem sido marcada por inúmeras polêmicas.

No dia 8 de outubro, em mais um ataque à dignidade humana, foi lançado o programa “Alimento para Todos”, com o objetivo de erradicar a fome e combater o desperdício de alimentos. O projeto segue as normas da Política Municipal de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos (PMEFSA), também sancionada por Dória.

O programa consiste no reaproveitamento de alimentos próximos do vencimento que, após beneficiados, dão origem ao chamado “Alimento”, uma farinha feita de vários tipos de alimentos (farinata) que vem sendo comparada à ração humana.

Logo após o anúncio do programa, sem qualquer estudo prévio e contrariando as normas municipal e federal que regem a alimentação escolar, a prefeitura informou que a farinata seria incluída na merenda escolar do município. Na ocasião, a própria secretaria de educação informou que não havia sido consultada sobre a decisão.

A legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelece que qualquer introdução de novo alimento (com exceção de frutas e hortaliças) deve passar por teste de aceitabilidade pelos alunos, coordenado por profissional habilitado. No âmbito municipal, é função da Coordenadoria de Alimentação Escolar (Codae), ligada à secretaria municipal de educação, planejar e executar as atividades relativas à merenda escolar. O órgão também não



foi consultado com antecedência pelo prefeito.

Especialistas questionaram a inclusão da farinata na merenda escolar, pois o programa de alimentação atual já atende aos critérios nutricionais estabelecidos e não há clareza sobre as características alimentares do composto. A rede municipal tem 1 milhão de alunos e serve mais de 2 milhões de refeições por dia.

Diante da enxurrada de manifestações contrárias à decisão e pressionado pela opinião públi-

ca, o prefeito informou que todos os trâmites legais seriam cumpridos antes da inclusão da farinata na merenda escolar.

No entanto, recentemente (16/11), a prefeitura recuou e anunciou que não usará a ração humana na assistência social e irá ampliar a compra de alimentos orgânicos para as escolas. “Dada a polêmica, entendemos que não seria adequado insistir no projeto”, afirmou Dória.

A declaração do prefeito de São Paulo deixa claro que suas decisões são tomadas de forma unilateral e irresponsável, baseadas em interesses de empresas que buscam vantagens financeiras sobre programas sociais e negligenciam a legislação vigente.

Além da questão dignidade e nutrição, tem uma questão de gestão.

Porque existem recursos para merenda, inclusive com complemento do governo federal.

Qual justificativa para isso?

Priscila Cruz, do Movimento Todos pela Educação



A farinha a gente conhece, vem do trigo. Precisamos saber melhor do que é feita essa farinata. Quais alimentos vão ser utilizados em sua composição? As crianças podem ser alimentadas com coisas desnecessárias.

Eloisa Arruda, secretária municipal de Direitos Humanos

Ele vai contra o que se tem de evidências hoje, de políticas que efetivamente combatem a fome e promovem a justiça social.

Existe um guia do Ministério da Saúde dizendo que a base da alimentação do brasileiro deve ser composta por alimentos in natura ou minimamente processados.

Maria Garcia, nutricionista e pesquisadora em alimentos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Quais são os componentes? Precisa de testes, ter a estabilidade da produção e fornecimento. Afirmo categoricamente: as crianças de São Paulo não precisam disso em nenhuma situação.

Erika Fisher, ex-diretora do departamento de merenda do município

Faltam dados técnicos, não sabemos do que a farinata será composta. Se for rica em carboidratos, pode piorar a obesidade nas crianças; se tiver muita proteína, pode prejudicar a condição renal; se for pobre em vitaminas e minerais, as crianças podem ter alguma deficiência nutricional.

Celso Cukier, médico nutrólogo do Instituto de Metabolismo e Nutrição

Nota do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região SP | MS

Diante das informações disponibilizadas pela mídia sobre o programa “Alimento para todos”, lançado no último domingo (08/10/17) pela Prefeitura do Município de São Paulo, o CRN-3 se manifesta contrário à proposta, pois contraria os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), bem como do Guia alimentar para a população brasileira, em total desrespeito aos avanços obtidos nas últimas décadas no campo da segurança alimentar e no que tange as políticas públicas sobre as ações de combate à fome e desnutrição.



Com a polêmica em torno do assunto, o Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESS-SP) emitiu nota pública em repúdio ao Programa “Alimento para Todos”, da Prefeitura de São Paulo:

“Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural, são criações humanas.” (Josué de Castro)

O Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo – CRESS 9ª Região repudia a iniciativa da Prefeitura de São Paulo com a criação do Programa “Alimento para Todos” por entender que o programa institui práticas retrógradas ao destinar alimentos ultraprocessados à população mais pauperizada da cidade de São Paulo.

Denominada como “ração humana”, o programa “Alimento para Todos” visa transformar produtos próximos à data de vencimento em um grânulo a ser distribuído à população, aviltando, conforme também apontado pelo Conselho Regional de Nutrição de São Paulo, os *princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)*, bem como do *Guia alimentar para a população brasileira*.

Apenas em fevereiro de 2010, a alimentação foi, tardiamente, incluída entre os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira e, desde então, esforços de vários sujeitos político estão sendo necessários para afirmar esse direito, bem como, para fomentar políticas permanentes que enfrentem à problemática da fome na cidade de São Paulo e no Brasil.

A prefeitura de São Paulo, nesses 10 meses de gestão, em várias áreas, tem se caracterizado por uma gestão endógena, preocupada com os interesses dos empresários e sem qualquer abertura para construção coletiva com sujeitos políticos que, há décadas, lutam por uma cidade com maiores acessos a direitos sociais.

Nesse caso da “ração humana” não é diferente, pois, nitidamente, o foco da ação é dar um destino à sobra da produção, ou seja, destino ao que se-

ria “lixo” da indústria alimentícia em detrimento de planejar uma política de segurança alimentar que, de fato, atenda os princípios consensuados, nacional e internacionalmente, para uma alimentação saudável. Embasada na lei municipal 16.704/2017, sancionada no último domingo, a prefeitura beneficia empresários com incentivos e isenção de ISS e IPTU, pois, com as sobras sendo aproveitadas pelo “Programa Alimento para Todos” não precisarão mais de espaços para seu descarte.

Vale lembrar que o retrocesso do “Alimento para Todos” foi precedido por ações da prefeitura ainda no primeiro semestre de 2017, com corte na distribuição de leite e na proibição de repetição de merenda escolar por crianças, anunciando a perspectiva retrógrada, autoritária, sem respeito ao controle social das políticas públicas e sem considerar os aspectos culturais, relacionais e de convivência também presente na oferta de alimentação às famílias da classe trabalhadora.

Na defesa das bandeiras de luta do conjunto CFESS/CRESS, afirmamos que uma alimentação saudável perpassa pela estratégia da ampla participação popular na formulação de políticas, na escuta de especialistas do tema, na amplitude do debate democrático, no incentivo ao/à pequeno/a agricultor/a, na oferta de alimentos frescos/saudáveis, nas políticas de controle de uso de agrotóxicos, nas políticas de baratear os custos da cesta básica, na política de ampliação de emprego para a população, na leitura atenta dos movimentos sociais do campo, na defesa da reforma agrária, dentre outras coisas que, em muito, se diferem da “ração humana”.

Diante desse cenário, o CRESS/SP:

- 1. REPUDIA o programa municipal “Alimento para Todos”;**
- 2. NÃO ACEITA ração humana como resposta pública à população atendida pela política de assistência social;**
- 3. REIVINDICA ampla participação popular na formulação de propostas de segurança alimentar; bem como a política de Seguridade Social;**
- 4. CONVIDA os/as assistentes sociais que atuam na política de assistência social a alertarem a população sobre essa e outras violações de direitos nas ofertas socioassistenciais e;**
- 5. CONVOCA toda a sociedade a manifestar-se por seu direito à alimentação de qualidade, com variedade e, de fato, PARA TODOS/AS. Em direitos da classe trabalhadora não se mexe!**

DIREÇÃO ELEITA APONTA SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA GESTÃO DO CRESS/SP



No dia 17 de maio, em cerimônia realizada no Circolo Italiano San Paolo, tomou posse a 19ª diretoria do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - 9ª Região, eleita para mandato de 2017 a 2020.

Kelly Melatti é presidenta da Gestão Ampliações: Trilhando a Luta com Consciência de Classe (2017-2020) e concedeu entrevista ao Jornal Ação para falar sobre o Serviço Social no Brasil e apresentar os projetos e posicionamentos da nova gestão.

Atualmente, o CRESS-SP conta com cerca de 26 mil profissionais inscritos e possui 11 seccionais em diversas regiões do estado de São Paulo.

Quais as principais bandeiras de luta da gestão “Ampliações: Trilhando a Luta, com Consciência de Classe”?

A gestão “Trilhando a Luta com Consciência de Classe” foi eleita pela categoria de assistentes sociais do Estado de São Paulo com uma plataforma ancorada nos princípios ético-políticos do Serviço Social brasileiro, demarcando o campo crítico de análise da conjuntura e reafirmando o posicionamento e suas bandeiras com os interesses da classe trabalhadora. Essa plataforma, dividida em quatro eixos, buscou reafirmar o compromisso com a gestão colegiada do CRESS-SP, o aprimoramento dos aspectos que envolvem o atendimento da categoria profissional nos canais do conselho, o vinculação das ações junto aos movimentos sociais, a defesa da qualidade no trabalho e na formação profissional e ratificou a defesa da Seguridade Social, entendida na sua concepção ampliada.

O Serviço Social brasileiro, ao longo dos seus 80 anos de história, apostou acertadamente, que a defesa de valores e princípios éticos dessa profissão perpassa por entidades fortes, autônomas e independentes. Por isso,

fomos eleitos/as com a proposta de continuar construindo um CRESS-SP que possa resistir aos inúmeros retrocessos que a sociedade brasileira vem apresentando, afirmando nossa condição de trabalhadoras/es Trilhando a Luta, com Consciência de Classe.

Como a gestão pretende viabilizar ações no estado de São Paulo como um todo?

A proposta de gestão é manter o diálogo em movimento, seja no âmbito Estadual, seja no âmbito das seccionais, sempre tendo em vista as deliberações do Conjunto CFESS/CRESS e as demandas que advêm do próprio contato com a categoria profissional nos espaços da orientação, da fiscalização, dos núcleos descentralizados, nas diversas comissões, etc. Viabilizar ações é, sem dúvida, um grande desafio, haja vista os limites existentes nos vários assuntos correlatos ao CRESS. Dessa forma, a proposta é que as ações sejam coletivas, com participação e com compromisso político pautado na ousadia necessária para enfrentar a conjuntura.

Nesses 8 meses de gestão, qual sua avaliação sobre a importância da ação do CRESS?

Esses poucos meses de gestão no CRESS-SP serviram para anunciar o cenário político que enfrentaremos, sem dúvida, na totalidade do triênio de gestão. Vivemos uma conjuntura de ataques cotidianos à classe trabalhadora e aos direitos duramente conquistados e, a plataforma política da gestão do CRESS-SP faz com que sejamos amplamente acionados para as defesas e resistências permanentes que devemos fazer. O CRESS-SP, desde a primeira semana da posse da gestão, não tem medido esforços para colocar a defesa intransigente dos direitos humanos como o mote de resistência à realidade do Estado e da cidade de São Paulo e, para além de notas públicas (que são fundamentais), tem se articulado com outros



Kelly Rodrigues Melatti

Assistente social - CRESS 9ª Região 38.179, formada pela FMU/SP e mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Atua como assistente social na área da Assistência Social e tem experiência docente na graduação em Serviço Social. Foi conselheira estadual do CRESS-SP na gestão 2014-2017 e, atualmente, é presidenta desse mesmo conselho - Gestão: "Trilhando a Luta, com Consciência de Classe" (2017-2020).

movimentos sociais, com outras instituições/conselhos de categoria e tem ratificado sua proposta de construir unidades para as lutas de classe que tem se apresentado no cotidiano. Isso demonstra a importância desse conselho, e mais, a importância dessa categoria nas frentes de luta contra os retrocessos colocados à classe trabalhadora.

Como você avalia a posição da categoria diante do atual cenário político e social do Brasil?

Mais uma vez na história desse país, a categoria de assistentes sociais não se isentou do seu papel político de defesa dos interesses da classe trabalhadora, demarcando sua disposição de luta no campo crítico à realidade social que vivemos. Isso pode ser observado na Carta de Brasília (2017), produto do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que materializou um esforço admirável de construir consensos e de fortalecer a defesa dos interesses da classe trabalhadora para além das divergências que, aparentemente, podem nos afastar. Estamos vivendo uma conjuntura que nos exige assumir compromissos com projetos coletivos e de construir unidade nas divergências e, a avaliação que faço, é que, mais uma vez, o Conjunto CFESS/CRESS vem assumindo isso com coragem, ousadia e disposição, podendo ter exemplos disso nas notas, nas ações, nos embates e nos vários espaços de resistência quem vêm construindo.

Qual o maior desafio para o Serviço Social atualmente?

A história recente tem revelado que os desafios são muitos, e estão colocados não só para o Serviço Social, mas para toda a classe trabalhadora. Se formos pensar nos diversos espaços que fazem interfaces com o exercício profissional do/a assistente social, encontraremos, sem dúvida nenhuma, inúmeros desafios para materializar

os princípios ético-políticos que, ao longo dos anos, temos construído. Isso se dá porque nosso projeto profissional não está alheio à um projeto societário; isso se dá porque não pensamos a defesa da profissão de maneira corporativista ou endógena; isso se dá porque temos a consciência da classe a qual pertencemos - a classe trabalhadora - e que os desafios conjunturais colocados precisam receber o movimento de pensar a profissão nas suas particularidades mas, também, e principalmente, nos aspectos que a colocam em movimento junto com as lutas mais gerais da classe trabalhadora. Talvez esse seja, então, um dos maiores desafios: trilhar a luta com consciência de classe. Estamos, então, dispostas à essa tarefa política, afinal: assistentes sociais são profissionais de luta, profissionais das ruas, profissionais presentes.



Da esquerda para direita Mauricleia Santos Soares, presidenta do CRESS/SP - gestão 2014-2017 e atual conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, ao lado, Kelly Melatti, atual presidenta do CRESS/SP

ENCONTROS CRESS-SECCIONAIS E PLANEJAMENTO 2018



Encontro Sede/Seccionais

O I Encontro CRESS/Seccionais da atual gestão ocorreu nos dias 30 de junho e 2 de agosto. O evento reuniu, pela primeira vez, os/as novos/as diretores/as estaduais e das 11 seccionais do CRESS-SP no Hotel San Rafael, na capital São Paulo.

Na oportunidade, foram apresentadas as cartas programáticas de cada direção. O debate permitiu identificar a proximidade política na defesa da profissão e das entidades representativas do Serviço Social.

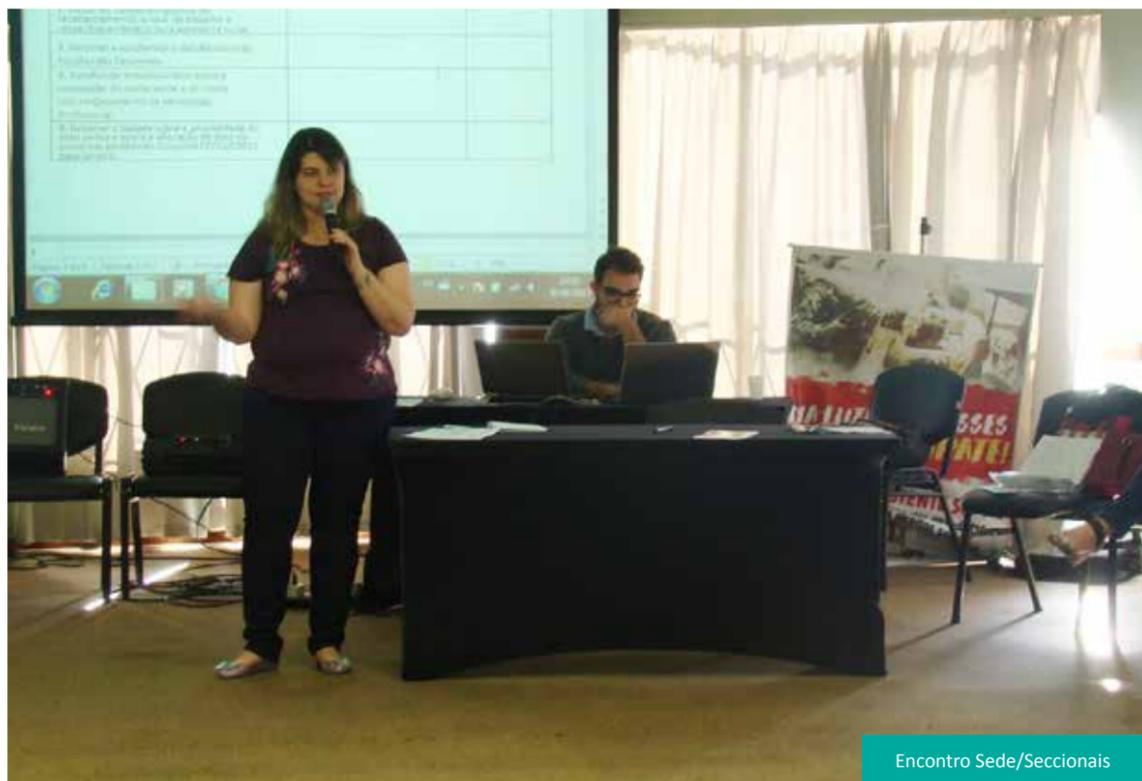
Os eixos de deliberações do Conjunto CFESS/CRESS também foram apresentados, buscando subsidiar a nova gestão para participação na assembleia e nos eventos do Conjunto CFESS/CRESS.

O encontro possibilitou desmistificar algumas demandas, ampliando e qualificando a relação entre as direções e visando equalizar a oferta de serviços à categoria, e à sociedade em geral, no que se refere à defesa, orientação, fiscalização e disciplina da profissão.

Patrícia da Silva, vice-presidenta do CRESS-SP, avaliou o encontro: “Os resultados se traduzem em grande significado e importância para o Conselho e para a categoria nesse momento conjuntural que nos exige atenção, força de resistência e protagonismo frente ao agravamento da barbárie imposta pelo estado burguês na defesa da pauta da classe dominante”.

O II Encontro CRESS/Seccionais aconteceu nos dias 20 e 22 de outubro. O evento reuniu os/as diretores/as estaduais e das 11 seccionais do CRESS-SP no Hotel San Rafael, na capital São Paulo.

O encontro abordou as deliberações do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, as ações previstas no planejamento 2018 da “Gestão Ampliações: Trilhando a Luta com Consciência de Classe (2017-2020)”, as possibilidades de ampliação da comunicação do CRESS-SP com seus públicos de interesse e o NUCRESS, que permite a descentralização das ações do CRESS. O evento também promoveu o fechamento da proposta do planejamento 2018, apresentada na II Assembleia Geral e Ordinária do CRESS-SP.



Encontro Sede/Seccionais

PLANEJAMENTO 2018

A vice-presidenta do CRESS-SP, Patrícia da Silva, concedeu entrevista ao Jornal Ação para falar do planejamento das ações do CRESS-SP para o ano de 2018.

Quais os principais temas abordados no planejamento 2018 (bandeiras de luta)?

O CRESS-SP terá suas atividades voltadas aos seguintes temas: seguridade social, orientação e fiscalização profissional, administrativo financeiro, comunicação, formação profissional, ética e direitos humanos, relações internacionais.

Quais as principais ações previstas pelo CRESS-SP?

Ações político-pedagógicas junto a assistentes sociais presentes nos múltiplos espaços socio-ocupacionais, a fim de orientar a atuação profissional.

Ampliação da descentralização das ações do Conselho, a fim de aproximar o CRESS-SP da categoria, ofertando educação permanente, incentivo à organização política, e contribuição à qualificação do trabalho do Serviço Social ofertado à sociedade em geral.

Garantia da estrutura e funcionamento do Conselho no Estado, sendo importante na defesa da profissão.

Quais as expectativas da direção do CRESS-SP para o próximo ano?

Ampliar a aproximação do Conselho da categoria, por meio das múltiplas ações planejadas, bem como das ações de orientação e de educação permanente, contribuindo assim para qualidade da atuação profissional, e ao fortalecimento da profissão nos espaços sócio ocupacionais.

Também, continuar organizando, estruturando e aprimorando os fluxos e procedimentos das ações administrativas do Conselho.



Patrícia Ferreira da Silva

Patrícia é assistente social, atua na assistência social, tem especialização pela UERJ e é mestranda da UNIFESP-Baixada Santista. Foi conselheira do CRESS/SP, gestão 2014-2017 e é atual vice presidente desse mesmo conselho Gestão Ampliações: Trilhando a Luta com Consciência de Classe;



Encontro Sede/Seccionais

ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA INTRANSIGENTE DOS DIREITOS HUMANOS



Ato promovido pelos/as trabalhadores/as do Serviço Especializado de Abordagem Social, por ocasião da promulgação da Portaria 41/SMADS/2017

A atuação dos/as assistentes sociais, integrada à de outros/as profissionais, na região central da cidade de São Paulo, é essencial e deve ser constante. É comum a violação de direitos humanos nessas áreas e a presença do estado se dá, na maior parte das vezes, por meio de ações policiais repressoras, que não contribuem para o avanço efetivo de políticas sociais que sejam capazes de garantir direitos de forma universal e permanente.

Em maio deste ano, a prefeitura de São Paulo, com aval e apoio do governo do estado, adotou práticas agressivas de higienização social para tentar desmobilizar os/as usuários/as de substâncias psicoativas que vivem na região central da cidade conhecida como “cracolândia”. A ação policial gerou forte indignação popular e, rapidamente, representantes de entidades da sociedade civil e de instituições de controle social se organizaram para apurar e fiscalizar os procedimentos que estavam sendo adotados, além de cobrar uma resposta do poder público. Inúmeras notas de repúdio contra a ação na “cracolândia” foram emitidas por diversos órgãos, entidades, coletivos e, inclusive, pelo próprio poder público (Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Ministério Público do Estado de São Paulo).

Reunião Cremesp

Em reunião que aconteceu na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), com a participação de representantes do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Ministério Público do Estado de São Paulo, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP), Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP), Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRP-SP), Conselho Regional

de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP), Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Assistência Social (Comas-SP), Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Alcool (Comuda), Coordenação da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, Vicariato do Povo de Rua (Padre Júlio Lancelotti), Centro de Convivência É De Lei, Rede Social do Centro e Igreja Presbiteriana do Brasil, foi estabelecido que os principais objetivos do grupo, envolvido nas políticas públicas de atenção às pessoas que usam crack e outras drogas na região da “cracolândia”, seriam identificar os critérios que justificam os destinos dados aos/às usuários/as/as de drogas e fiscalizar os procedimentos em saúde e assistência social. Nesse sentido, a prefeitura de São Paulo e o governo do estado foram oficiados para fornecerem as informações sobre os procedimentos que vinham sendo adotados para a região.

Diálogo CRESS-SP

Assistentes sociais também se organizaram internamente e, em diálogo com a categoria, no NUCRESS Centro Expandido, foi elaborado um parecer que, em seguida, foi protocolado e enviado ao gabinete do prefeito de São Paulo e ao Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Para dirimir as irregularidades do exercício profissional do/a assistente social em atuação na “cracolândia”, ficaram estabelecidas algumas recomendações para assegurar o pleno exercício da profissão:

- 1 Reafirmem em seus espaços de trabalho que somente é assistente social o/a profissional com registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social e que serviço social é diferente de assistência social;
- 2 Notifiquem o CRESS-SP caso você seja convocado/a para atuar, de forma extraordinária, na região

da chamada “cracolândia”, para que possamos mapear estratégias de orientação e fiscalização;

- 3 Denunciem o exercício ilegal/irregular da profissão ao CRESS-SP se presenciarem terceiros se identificando ou sendo identificadas como “assistentes sociais”;
- 4 Os/as assistentes sociais, regularmente inscritos/as no CRESS-SP, convocados/as para a atuação, deverão atuar na perspectiva da autonomia profissional, abordando os/as cidadãos/ãs para sensibilizá-los/as à adesão ao atendimento de saúde, de acordo com a demanda apresentada pelo sujeito e não de acordo com as determinações institucionais;
- 5 Nenhuma ação coercitiva, arbitrária ou violenta deve ser realizada e/ou consentida por assistentes sociais junto aos/às cidadãos/ãs, inclusive nas abordagens para internação involuntária ou compulsória, eventualmente autorizadas por juiz/a;
- 6 Qualquer ação de violação aos Direitos Humanos ou às normativas legais das políticas de Saúde ou de Assistência Social deve ser imediatamente denunciada aos órgãos competentes;
- 7 Destacar que é direito do/a assistente social o pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- 8 Consultem o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais para se assegurarem das questões acima, de modo que qualquer omissão ou conivência poderá ser objeto de ações no âmbito da fiscalização e disciplinamento do CRESS
- 9 Lembramos que é vedado ao assistente social substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.



Foto do ato promovido pelos/as trabalhadores/as do Serviço Especializado de Abordagem Social, por ocasião da promulgação da Portaria 41/SMADS/2017

DESAFIOS DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NO COTIDIANO DA REGIÃO CENTRAL

O Jornal Ação convidou o psicólogo André Contrucci, da organização social É de Lei, para falar sobre a realidade da “cracolândia” e a importância da atuação dos/as profissionais de saúde e serviço social na região. Contrucci é redutor de danos e coordenador de Comunicação e Advocacy no centro de convivência mantido pela organização.



Como você vê a atuação dos/as assistentes sociais na “cracolândia”?

É um trabalho vital na atenção às pessoas que usam drogas e que se encontram em um contexto de alta vulnerabilidade social. Boa parte dessas pessoas que compõem o fluxo, popularmente chamado de “cracolândia”, está em situação de rua, muitos egressos do sistema prisional, pessoas que trazem todo tipo de demanda, por moradia, saúde, trabalho, cultura, educação, justiça. Por isso, o foco excessivo na droga, seja o crack, o álcool ou a que for, é equivocado. A substância é o que vai dar algum prazer na vida dessas pessoas, tirar a fome, o frio, o vazio, ainda que por alguns breves minutos. A atuação destes profissionais é muito importante, mas não dá pra achar que apenas assistentes sociais vão dar conta de todas essas demandas. Ou ainda, “resolver o problema”, como alguns pedem. É preciso que o trabalho esteja realmente integrado e fortalecido com outros profissionais e serviços, que as assistentes sociais possam criar um vínculo, uma relação de confiança, para que as demandas possam vir a tona e a partir daí serem encaminhadas.

Qual a importância desse trabalho?

Talvez a principal importância seja marcar o lugar de direitos dessas pessoas, afastar este estigma absurdo do zumbi. Só quem não está no território, quem não senta para conversar com quem está ali no fluxo pode dizer besteiras assim. Ou seja, infelizmente é preciso lembrar a sociedade que a pessoa que está ali fazendo uso de crack é um cidadão com direitos, que merece o mesmo respeito que o empresário, o policial e o professor. O profissional que atua na “cracolândia” tem a missão de facilitar o acesso dessas pessoas a direitos básicos. Direitos humanos que há muito tempo vêm sendo violados.

O que mudou após a ação policial de desocupação na região, ocorrida em maio deste ano?

O clima ficou muito mais pesado. A violência de Estado, que vem pela mão das polícias e da Guarda Civil Metropolitana (GCM), atinge o fluxo e isso volta para o trabalhador da assistência e da saúde. Muitos/as trabalhadores e trabalhadoras estão sofrendo agressões e ameaças, coisas que eram raras e ficaram mais comuns neste primeiro ano de gestão. Maio foi aquela ação midiática, espalhafatosa, com resultados pífios no que tange o suposto objetivo de combater o tráfico. Mas precisamos lembrar que a violência policial ali é cotidiana. É uma maneira de forçar internações “voluntárias”, de tentar acabar com o fluxo na porrada. Só que como sabemos, isso não dá certo. Se gasta recursos públicos sem qualquer responsabilidade e apenas se espalha as pessoas, tornando o trabalho dos profissionais mais árduo e criando novos capítulos de violações em histórias já muito marcadas por violências. Esta ação de maio foi um ato simbólico e concreto, que mostrou a todos como o prefeito entende a região.

Como você avalia a ação do poder público diante da questão?

A prefeitura ainda está batendo cabeça. Eles já entenderam que não é possível, inclusive legalmente, manter o discurso e as intenções do prefeito Dória de “limpar” o bairro da Luz à força. E neste sentido, a pressão da sociedade civil, Defensoria Pública, Ministério Público e dos

conselhos tem tido resultado. Pelo menos o discurso já mudou significativamente. Saímos de “internação compulsória em massa” para “atenção singular” e fortalecimento da RAPS (rede de atenção psicossocial). Mas agora é preciso ver isso na prática, pois o que temos visto é a precarização ainda maior dos serviços, um clima tenso de ameaças e demissões de quem se opõe às ações violentas e higienistas do poder público.

Temos conseguido algum diálogo com pessoas na gestão que parecem estar dispostas a ouvir e repensar um projeto que faça sentido para o território, para o município e que de fato cuide das pessoas mais vulneráveis. Nem sempre é um diálogo tranquilo, existem tensões, divergências, mas nosso papel, no É de Lei, é insistir no diálogo. E por isso insistimos tanto em levar essas discussões de volta ao COMUDA - Conselho Municipal de Política Sobre Drogas, espaço que havia sido abandonado pela atual gestão e só agora está voltando a ser ocupado pelos representantes do executivo, trazendo a discussão técnica e política para o espaço já existente e com essa prerrogativa.

Quais os projetos do coletivo É de Lei na região da “cracolândia”?

Fazemos trabalho de campo na chamada “cracolândia” desde 2003, distribuindo insumos (pites de silicone e protetor labial) que ajudam na prevenção de doenças e infecções (como Hepatites e HIV). E principalmente nos aproximando das pessoas que transitam no fluxo sem exigir muito deles. Dispostos a sentar, ouvir suas histórias e aos poucos criar, juntos, estratégias de cuidado que façam sentido para cada um, em cada momento de vida. Além disso, oferecemos capacitações sobre drogas, direitos humanos e redução de danos para equipes de profissionais, especialmente da saúde e assistência. Esse trabalho, junto com as articulações de espaços de controle social, tem sido muito importante para fortalecer a rede em torno de uma maneira de lidar com os usos de drogas que seja mais pragmática e menos moralista. Reafirmando a importância das pessoas receberem tratamento em liberdade, tendo seus direitos garantidos. Em outras palavras, lutamos contra o estigma em diversas esferas, para que as pessoas sejam vistas pelo que são e não pelo que usam.

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO REALIZA SEMINÁRIOS E ENCONTROS ESTADUAIS



1º Seminário e Encontro Estadual 2017

Seguindo a proposta de descentralização das ações, a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) realizou seminários e encontros estaduais na região de Araçatuba e de São José dos Campos.

O 1º Seminário e Encontro Estadual 2017 foi realizado em Araçatuba, em junho, dialogando com a categoria profissional sobre o tema “Atuação Profissional e Condições de Trabalho: A necessária afirmação dos compromissos éticos e políticos com a população dos serviços”.

O 2º Seminário e Encontro Estadual 2017 aconteceu em outubro, na região de São José dos Campos, e apresentou temáticas conectadas com o atual momento político do país. Teve como tema: “A atuação do/a assistente social frente ao processo de destruição da seguridade social”

A vice-presidenta do CRESS-SP e diretora-coordenadora da Cofi, Patrícia Ferreira da Silva, considera extremamente importante essas iniciativas: “Este é um evento que dá continuidade a descentralização das ações do CRESS-SP e da Cofi. Continuaremos assim até atingir as 11 seccionais e seguiremos descentralizando”.

46º ENCONTRO NACIONAL CFESS-CRESS

O 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS foi realizado em Brasília (DF), entre os dias 07 e 10 de setembro. Com o tema “Vamos, Levante e Lute”, o evento contou com a participação de cerca de 350 pessoas que, durante quatro dias, debateram a conjuntura nacional, o papel do Conjunto CFESS-CRESS, bem como o plano de ações para os próximos anos, as defesas da profissão de assistente social e os eventos nacionais que ocorrerão até o fim das atuais gestões (2017-2020).

Na ocasião, com a participação de delegados/as de todos os CRESS, foi aprovada a Carta de Brasília, documento político tradicionalmente elaborado por uma comissão com representantes de todas as regiões, que sintetiza a conjuntura atual e as defesas e pautas que nortearão as estratégias do Conjunto CFESS-CRESS. No documento, o Conjunto reafirma que o governo ilegítimo de Temer aprofunda a retirada de direitos de assistentes sociais e de toda a classe trabalhadora, em curso nos quase trinta anos de neoliberalismo no Brasil.

Durante o encontro, também aconteceu uma reunião com assistentes sociais, trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), representantes dos CRESS e do CFESS, com o objetivo de traçar ações de enfrentamento contra o desmonte do SUAS.



46º Encontro Nacional CRESS-CRESS

SECCIONAL SJRP: ARTICULAÇÃO COM VÁRIAS ENTIDADES GARANTE HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Em junho de 2016, foram abertas inscrições para o concurso da Prefeitura de São José do Rio Preto, com vagas para assistentes sociais, psicólogos/as e educadores/as sociais. As provas foram realizadas ainda naquele ano. O concurso atendia o Plano Municipal de Assistência Social de Rio Preto, estava apoiado na Lei Municipal nº 511, de 4 de maio de 2016, e havia previsão orçamentária para a convocação do concurso em 2017. Foram 7.119 inscritos/as, para suprir um total de 55 vagas.

No entanto, a partir de fevereiro de 2017, quando a prefeitura emitiu a última nota sobre o processo seletivo, os/as candidatos/as passaram a cobrar uma resposta do prefeito da cidade. Com a demora, ficou evidente que não havia intenção de convocar os profissionais aprovados.

Em consulta à Fundação Vunesp, responsável pela aplicação do concurso, o Sindicato dos Servidores Públicos foi informado de que o processo estava concluído e os resultados haviam sido entregues à prefeitura. Com a informação, a entidade oficiou, em agosto deste ano, a prefeitura municipal de São José do Rio Preto para garantir a continuidade das próximas etapas do processo. Com a homologação, a lei determina que os/as candidatos/as aprovados/as sejam convocados/as em até dois anos.

Assim, houve uma mobilização das classes profissionais atingidas que contou, inclusive, com um pedido de audiência pública do NUCRESS São José do Rio Preto na câmara dos vereadores, quando foram cobradas explicações e exigido o cumprimento da legislação em vigor.

Alvo de críticas de pressionada pela opinião pública, a prefeitura finalmente homologou o concurso em novembro e declarou que a previsão é de que os primeiros candidatos sejam convocados e tomem posse em 3 de janeiro do próximo ano.

A decisão mostra que a mobilização dos trabalhadores foi fundamental para manter a pressão sobre o poder público e, assim, garantir os direitos dos candidatos/as aprovados/as e da população que precisa do atendimento promovido pelo serviço social.



Mobilização de Assistentes Sociais